

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 033, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013.

“Altera o inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 3.777, de 20 de novembro de 2012, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2013, e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 4º da Lei Municipal nº. 3.777, de 20 de novembro de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º (...)

I - da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (re-estimativa).

(...)

Art. 2º As demais dispositivos constantes na Lei Municipal nº 3.777/12 permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 22 de fevereiro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal n.º 033, de 22 de fevereiro de 2013, que *“Altera o inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 3.777, de 20 de novembro de 2012, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2013, e dá outras providências.”*

A presente proposta visa alterar o limite do percentual para abertura de créditos suplementares mediante Decreto do Poder Executivo Municipal, passando de 15% (quinze por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) do somatório da receita total projetada.

Tal proposta deve-se pelo fato de que em decorrência do início do novo governo, das alterações estruturais da Administração Municipal, com criação de novas secretarias, se faz necessária a alteração constante da peça orçamentária.

Caso não se altere de 15% para 25% o percentual para abertura de crédito, qualquer nova movimentação ensejará, necessariamente, de autorização do legislativo, conseqüentemente ocorra o engessamento do Poder Executivo.

Sendo assim e contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal